

DOSSIÊ

200 anos de Independência do Brasil: Política, Cultura e Sociedade (1822-2022)

A cidade do Rio no processo de Independência do Brasil:

Uma introdução histórica

Elizeu Santiago

Elizeu Santiago T. de Sousa é professor do CEFET/RJ e diretor do Centro de Ensino e Pesquisa do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Email: elizeusantiago2@gmail.com

Destino de ancestral beleza e secular capitalidade, quis natureza e política que São Sebastião do Rio de Janeiro fosse o palco de alguns dos mais notáveis eventos de nossa história. Cobiçada por franceses e portugueses, a terra habitada por tamoios e tupinambás foi o cenário de batalhas entre potências europeias e da ação destemida de piratas e corsários. Em 1565, entre o Pão de Açúcar e o Morro Cara de Cão, Estácio de Sá funda a cidade cujo nome homenageava o jovem rei Dom Sebastião. Em 1567, expulsa os franceses e consolida o domínio português sobre a Baía de Guanabara.

No Nordeste, as invasões holandesas da primeira metade do século XVII reforçariam a importância estratégica do território guanabarinense. Os engenhos do seu recôncavo suprimiram parcelas consideráveis do açúcar

pernambucano, fonte de vital receita aos cofres reais. Em 1648, a cidade seria a ponta de lança na retomada de Angola, então em posse holandesa. Daqui, partiria Salvador Correia de Sá e Benevides, governador da capitania do Rio de Janeiro, em missão exitosa de reconquista. De volta ao Rio, Benevides obteve, em 1660, o título de governador da Repartição Sul, jurisdição que abrangia todos os territórios localizados ao sul do Espírito Santo. Na bagagem, trazia duas importantes instruções régias: a busca por metais preciosos e a construção de galeões¹.

A bem da verdade, não tardaria muito para que a população pegasse em armas e depusesse o então governador por conta de uma série de arbitrariedades administrativas. Mas houve tempo para a criação de estaleiro na localidade conhecida como a Ponta do Galeão, toponímia que ainda hoje conserva o mesmo nome, na Ilha do Governador. De lá, nasceria para os mares o lendário *Padre Eterno*, o maior galeão construído no mundo até então.

Da capital do sul, partiriam ainda as esquadras que fundariam a Colônia de Sacramento, no ano de 1680. Liderada pelo governador da capitania do Rio, Dom Manuel Lobo, a missão ampliava as fronteiras portuguesas até o atual território uruguaio. Construída estrategicamente em frente à cidade de Buenos Aires, Sacramento se localizava no coração do estuário do Prata, centro nevrálgico do comércio regional.

Com a descoberta de ouro pelos desbravadores da província de São Vicente, a cidade transforma-se no principal entreposto comercial da colônia americana. A produção aurífera das Minas Gerais será responsável pelo deslocamento do eixo econômico para o Rio de Janeiro, o seu principal porto de escoamento. A sua riqueza logo atrairá a cobiça de piratas e as investidas militares de duas missões francesas, entre 1710 e 1711. Mas permitirá, outrossim, uma extraordinária expansão urbana,

cujos monumentos e histórias seguem ainda hoje caros ao espírito carioca.

Em 1739, inaugura-se a Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, joia da arquitetura brasileira setecentista e local de batismo de príncipes e princesas bragantinos. Em 1743, termina-se a construção do Palácio dos Governadoresⁱⁱ, transformado, em 1808, em centro do poder decisório do Império luso-brasileiro na forma de Paço Real. Em 1750, o Aqueduto da Carioca, maior construção do Brasil colonial, levaria água ao primeiro chafariz público da cidade, no Largo da Carioca. Em 1783, a América ganhava o seu primeiro parque público. Projetado por Mestre Valentim, artista símbolo da expansão urbana setecentista, o Passeio Público seria o mais importante ponto de encontro para os cariocas de muitas gerações.ⁱⁱⁱ

Mas não apenas de boas lembranças são feitas o século XVIII. É deste século a carioquíssima expressão *no tempo do Onça*, utilizada para se referir a algo antigo, retrógrado e que não deixou saudade. Onça era o apelido de Luís Vahia Monteiro, governador do Rio entre 1725 e 1732, tido por muitos como autoritário e encrenqueiro, no que pese a sua “atitude corajosa, dura e íntegra” no combate à corrupção “quer nos negócios públicos, quer nos que os poderosos e os comerciantes sem escrúpulos realizavam com o contrabando do ouro”.^{iv}

A translação do eixo econômico para o Rio seria definitivamente consolidada com outras duas mudanças. Em 1763, a cidade é elevada à capital do Vice-Reino do Brasil; em 1808, a família real portuguesa ludibria Napoleão Bonaparte e escolhe a Guanabara como o novo centro de um império multicontinental. Em 1815, transforma-se na capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

A presença da corte de Dom João VI mudaria definitivamente o panorama político-social da cidade e do futuro país. A transferência da família real aos trópicos veio acompanhada da recriação no Rio de Janeiro das instituições de Estado outrora presentes em Portugal: Mesa do Desembargo do Paço, Mesa de Consciência e Ordens, Impressão Régia, Conselho Supremo Militar, Intendência Geral da Polícia, Academia Real Militar, fábrica de pólvora, Museu Real, Biblioteca Real, Teatro Real, Jardim Botânico, Banco do Brasil.

De lá para cá, o Rio capitanearia alguns dos mais importantes momentos cívicos que levariam à independência do país: o dia do Fico, a aclamação e coroação de Pedro I, a criação da primeira carta constitucional, as negociações diplomáticas pelo reconhecimento da jovem nação. Única cidade no ultramar a sediar um império europeu, foi, a um só tempo, o berço de dois reis cariocas: Pedro II, do Brasil e Dona Maria II, de Portugal. Não causa, pois, espanto que fosse o Rio a capital da independência do Brasil.

Ao longo das próximas páginas, o leitor terá acesso a cinco artigos e a uma entrevista que nos ajudam a compreender os mais diversos ângulos do processo da Independência a partir do olhar daquela cidade-capital descrita por Jean-Baptiste Debret como a “metrópole do Brasil, a partir de meados do século XVIII”.^v

Inaugura este dossiê o artigo escrito professor Christian Lynch, intitulado *Absolutismo ilustrado e formação do imaginário imperial brasileiro no Antigo Regime (1750-1820)*. O trabalho analisa a gênese e o desenvolvimento do imaginário imperial luso-brasileiro no contexto da gestação do absolutismo ilustrado em Portugal e da aclimação, no Brasil, de um certo “reformismo ilustrado como fórmula política no Novo Mundo”. Com a chegada da corte de Dom João ao Rio, o imaginário imperial fora reconfigurado a partir da perspectiva do Brasil como o

centro de um grande império global. Da constatação da fragilidade na formação social do país, advinha a aposta em um Estado monárquico centralizado como motor da segurança e do desenvolvimento nacionais. Urgia, pois, a rápida implementação de políticas modernizadoras em um território marcado, por um lado, pela vastidão e abundância de recursos naturais, mas, por outro, “pela escassez de população e ausência de povo”. Como bem nota o autor, “A lógica era de grande simplicidade: quanto mais concentrado o poder, maiores as chances para o Estado de promover uma ‘fuga para o futuro’ que reduzisse o hiato entre retardo socioeconômico e as potencialidades do território. Do ponto de vista constitucional, isso significava apostar nas virtualidades de uma constituição monárquica”.

No segundo texto do dossiê, *O demos antes da democracia: uma análise da participação de setores populares nos primeiros anos da formação do Estado brasileiro a partir do acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, o professor Helio Cannone investiga o papel e a atuação de setores não identificados com a elite política no contexto da Independência e nos anos iniciais da formação do Estado brasileiro. Partindo da análise de documentação primária depositada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – ofícios, manifestos, atas de vereação e correspondências oficiais –, o artigo defende a hipótese “de que, apesar das instituições políticas existentes não serem democráticas, isso não significava que setores de fora das elites políticas não buscassem formas de participação e de reivindicação através delas”.

Em *Magistrados da Corte do Rio de Janeiro nos anos de 1820: uma análise dos reflexos do processo de Independência nos juízos privativos da primeira instância fluminense*, Antônio Seixas identifica e analisa o perfil social dos diversos juízos privativos existentes na Corte do Rio de Janeiro, entre 1824 e 1829. No que pese as mudanças políticas ocorridas no Brasil pós-independência, o terceiro artigo desta série argumenta que “O

processo de Independência não representou, na prática, uma mudança nos juízos privativos, pois o Parlamento, em 1826, não conseguiu regular o dispositivo da constituição do Império que os aboliu”. Outrossim, o autor nota que “os magistrados vinculados à Casa de Suplicação continuaram tendo prevalência na ocupação dos lugares de juiz conservador, o que mostra que Dom Pedro I reconhecia a relevância da existência desses juízos privativos para a manutenção da adesão da elite política e econômica do Império ao seu reinado”.

O quarto texto, escrito por Victor Augusto Mendonça Guasti, “O solene Te Deum proclamado por padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte na abertura dos trabalhos da Câmara de Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro em 1830”, analisa a inauguração dos trabalhos da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, através da exposição comentada do sermão e *Te Deum* proferidos pelo padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte (1788-1860). Personagem raras vezes lembrado pela historiografia, a sua reprodução e análise nos ajuda a compreender algumas das críticas expostas pelos cidadãos ao governo de Dom Pedro I. Como bem nota o autor, “O texto é um misto de exaltação das eleições, dos vereadores eleitos e da Constituição, com denúncias veladas aos arroubos autoritários do Imperador e de seu conselho”. O artigo nos mostra que o sacerdote, temendo retaliações por parte do poder real, “optou por fazer suas críticas de forma implícita, dentro de um texto que louvava o ‘imperador liberal’ e afirmava que este jamais permitiria que o despotismo subisse ao trono do Brasil e sempre defenderia o Império das mãos daqueles que, movidos por desejos escusos, levariam a população à escravidão do poder autoritário”.

No quinto artigo, *O Centenário do Centenário: o impacto da concepção de modernidade na vida urbana dos anos de 1920*, Conrado Werneck Pimentel e Suzane Mayer analisam a construção do discurso de modernidade na jovem república brasileira e as múltiplas intervenções

urbanas empreendidas na então capital federal. Em um esforço de distanciamento do seu passado colonial, tais intervenções tinham como intuito “vender uma imagem atrativa da nação brasileira, encarnada na urbe carioca, para o capital internacional e com a necessidade de se firmar enquanto República”. Entre as muitas intervenções de caráter modernizante, destacam-se o desmonte do Morro do Castelo – berço histórico da cidade do Rio de Janeiro – e a realização da Exposição do Centenário da Independência, em 1922. Como bem argumentam os autores, “Tanto a construção dos pavilhões [...] como o desmonte do Morro do Castelo eram, em suma, a demonstração da capacidade de ‘submeter essa natureza à ordem do trabalho [e da cultura]’. Tornávamos modernos não só pela exposição da capacidade técnica em construir palácios e abrir avenidas, mas também por realizar aterramentos de alagadiços e colocar abaixo montes de pedras e terras, culminando no pleno domínio do homem sobre a natureza”.

Encerra este dossiê a entrevista dada por José Murilo de Carvalho, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro das Academias Brasileira de Letras (ABL) e de Ciências (ABC). Autor de obras clássicas como “Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi” (1987), “A formação das almas: o imaginário da República no Brasil” (1990) e “A Construção da Ordem/Teatro de Sombras” (1996), José Murilo concedeu entrevista exclusiva ao Centro de Ensino e Pesquisa do Arquivo Geral da Cidade. Em pauta estão a Independência do Brasil e o papel desempenhado pela cidade do Rio de Janeiro no processo da Independência.

Por fim, é dever registrar os nossos sinceros agradecimentos àqueles que nos acompanharam ao longo desta jornada. A organização deste dossiê seria impossível sem a imprescindível colaboração de todos os autores e autoras, assim como o importante trabalho dos pareceristas, da equipe editorial e de todo o corpo técnico do Arquivo Geral da Cidade do Rio de

Janeiro, a quem agradecemos. Esperamos que a publicação deste volume possa estimular o interesse e a reflexão sobre temas da nossa história. Desejamos a todos uma ótima leitura.

NOTAS

i DELGADO DE CARVALHO, Carlos. História da Cidade do Rio de Janeiro. 2ª edição. Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990; FERREZ, Gilberto. *In* A Muito Leal e Heroica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. MAYA, Raymundo de Castro; MACHADO, Candido Guinle de Paula; PORTELLA, Fernando Machado (eds). Rio de Janeiro: Banco Boa Vista S.A., 1965.

ii Primeiro palácio da cidade, fora destinado a ser residência dos governadores da capitania. A partir de 1763, transformou-se em Paço dos Vice-Reis; em 1808, Paço Real. Com a criação do Império do Brasil, passaria a se chamar Paço Imperial.

iii ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Rio: da Guanabara dos índios aos cariocas de todas as origens – 450 anos de História. Século 18: O Rio de Janeiro e o olhar da metrópole. Ebook. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/ebooks/linhadotempo/seculo18/html5forpc.html?page=0>.

iv FERREZ, Gilberto. *In* A Muito Leal e Heroica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. MAYA, Raymundo de Castro; MACHADO, Candido Guinle de Paula; PORTELLA, Fernando Machado (eds.). Rio de Janeiro: Banco Boa Vista S.A., 1965, p. 20.

v DEBRET, Jean Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Tradução e notas de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2008, p. 297.